

GUIA DE ESTUDOS

UNCTAD



PEMUN
Pernambuco Model United Nations

Diagramação
Capa

Diogo Feliciano
Herbertt Cabral

Copyright © 2018 by Pernambuco Model United Nations



PEMUN

Pernambuco Model United Nations

Encontre-nos em: www.pernambucmun.com.br

SUMÁRIO

POLÍTICA E POSICIONAMENTO DAS DELEGAÇÕES

4

ÁFRICA	4
ÁFRICA DO SUL	4
NIGÉRIA	6
ZIMBÁBUE	8
AMÉRICAS	10
BRASIL	10
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	13
MÉXICO	15
VENEZUELA	20
ÁSIA	22
ARÁBIA SAUDITA	22
CHINA	23
JAPÃO	24
EUROPA	26
ALEMANHA	26
FRANÇA	27
GRÉCIA	28
REINO UNIDO	30

RÚSSIA	33
UCRÂNIA	35
OCEANIA	38
AUSTRÁLIA	38
NÃO GOVERNAMENTAL	40
INTERPOL	40
GLOSSÁRIO	42
CHECKLIST	45

POLÍTICA E POSICIONAMENTO DAS DELEGAÇÕES

ÁFRICA

ÁFRICA DO SUL

Em se tratando de uma economia emergente, como várias outras, a nação tem tido dificuldades para entrar significativamente na ordem econômica global, além da grande desvalorização de sua moeda em comparação com o dólar, por

exemplo, sendo um Rand sul-africano o equivalente a aproximadamente 0,08 dólares.

Neste cenário, as criptomoedas vêm ganhando grande notoriedade, por possibilitarem uma maior competitividade frente ao mercado mundial, além de serem uma alternativa à constantemente desvalorizada moeda local e ainda, uma segurança frente às diversas crises políticas que assolam o país. Diante deste contexto, surge a polêmica questão acerca da regularização das criptomoedas no país.

O Banco de Reservas Sul Africano (SARS) tem se mostrado bastante aberto à nova tecnologia, inclusive fechando contratos em *blockchain Ethereum*¹. Ainda há discussões com relação a tributação das moedas virtuais, o que implica em seu rastreamento, abrindo as portas para outra vertente do debate. Entretanto, muitos varejistas, sites de *e-commerce*, supermercados e até taxistas já começaram a aceitar moedas como o *Bitcoin* como forma de pagamento.

O principal discurso do governo sul africano até então é o

¹ Plataforma descentralizada capaz de executar contratos inteligentes e aplicações com o uso da tecnologia *blockchain*.

de que está se estudando e monitorando o uso das criptomoedas no país, que promete ser bastante promissor.

NIGÉRIA

Os países africanos são conhecidos pela instabilidade política e econômica, fatores que favorecem o crescimento de moedas descentralizadas que não são influenciadas diretamente pelos governos. Por isso, as criptomoedas são de fundamental importância na África, pois possibilitam um caminho para driblar os cenários de hiperinflação e crises que assolam o continente.

Nesse contexto, a Nigéria emerge como uma das protagonistas no uso das moedas digitais no continente africano, já gozando de casas de câmbio como a *NairaEx* e a *Remitano*. No fim de janeiro, o país teve um volume semanal de cerca de dois milhões de dólares em negociações de *Bitcoins*. Além disso, uma casa de câmbio dedicada ao *Bitcoin* para a África foi lançada, recentemente, após uma fase de desenvolvimento de quatro meses, por programadores com base no país nigeriano. Esse movimento marcou um passo encorajador para a nação alcançar uma posição mais significativa na economia digital.

Contudo, em janeiro de 2017, o Banco Central da Nigéria (*Central Bank of Nigeria* – CBN) alertou para o risco de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo através da principal criptomoeda mundial. Recentemente, o Senado nigeriano pediu ao CBN e outros reguladores que investigassem a proliferação de *Bitcoins* no país, ampliando o debate sobre a regulamentação das moedas digitais. O medo dos legisladores está ligado ao *Mavrodi Mundial Moneybox* (MMM), um esquema Ponzi² similar ao *TelexFree*. O esquema chegou a pagar 30% de rentabilidade ao mês e quebrou em dezembro de 2016, provocando prejuízos de US\$ 50 milhões. Com a opinião pública escaldada, as autoridades nigerianas taxaram os *Bitcoins* como “fraude financeira” e “não ética”.³

Devido a essa pressão e desconfiança do governo, ainda há grande incerteza sobre o futuro das criptomoedas em um dos seus principais redutos no continente africano.

² *Ponzi* são uma sofisticada operação fraudulenta, mais conhecida como ‘pirâmides financeiras’, em que são prometidos aos investidores altos retornos e riscos baixos.

³ Retirado de:
<https://qz.com/1100886/bitcoin-in-africa-is-driven-by-mmm-mavrodi-ponzi-scheme/>

ZIMBÁBUE

As criptomoedas não se confundem com as moedas fiduciárias, uma vez que, geralmente, não são expedidas pelo Banco Central estatal. Como mencionado em outras seções, as moedas virtuais são atraentes para pessoas que buscam lavar dinheiro e outros criminosos, em razão do anonimato que há entre as transações realizadas na cadeia de blocos, isto é, na *blockchain*.

Desde 2008, o dólar é a moeda oficial do Zimbábue, substituindo a antiga moeda governamental do país que sofria com uma super-desvalorização influenciada pela emissão desenfreada de novas cédulas pelo Banco Central de Zimbábue (*Reserve Bank of Zimbabwe – RBZ*). Contudo, o dinheiro norte-americano era extremamente escasso no país, influenciando a adoção popular do *Bitcoin*.

O posicionamento do governo zimbabuano acerca da questão é que, com relação às negociações que envolvem moedas virtuais, que não são reguladas pelo Estado, existem riscos, pois, facilitam o financiamento ao terrorismo, a evasão fiscal e a fraude. O RBZ diz que o comércio e o uso de *Bitcoin* para transações no país não foram legalizados, apesar de um aumento nos preços e valor da criptomoeda. Segundo Norman Mataruka,

diretor de instituições bancárias do RBZ, atualmente, pesquisas estão sendo realizadas para verificar os desafios e riscos associados a esses produtos em particular, mas, por ora, não haverá a permissão das moedas virtuais nos mercados locais.

Portanto, aqueles que investem em criptomoedas, fazem isso se arriscando, visto que não há proteção legal, de modo que os poupadores estão se valendo do Bitcoin como reserva de valor, devido às limitações do sistema bancário local. Contudo, a *Golix*, criada em 2014, única plataforma de *exchange* do Zimbábue, que aceita além do *Bitcoin*, negociações com outras criptomoedas, como o *Dash* e o *Litecoin*, afirma que vai começar a apertar o cerco e intensificar a fiscalização do uso da moeda, principalmente, em grandes transações internacionais.

No último ano, o Zimbábue teve um exponencial aumento do valor das moedas digitais quando os chefes militares intervieram e enclausuraram o então presidente Robert Mugabe na sua residência em Harare. Vale pontuar que políticas abusivas adotadas por Mugabe também foram culpadas por atrapalhar entradas de investimento estrangeiro, fazendo o país sofrer desafios de liquidez e escassez de moeda estrangeira que emanava de uma baixa produção no país.

Essa intervenção foi suficiente para que os investidores abandonassem o mercado de ações do país⁴, mesmo com a explosão do *Bitcoin*, que agora passa por um processo de verificação da identidade dos *traders*, para evitar o cometimento de crimes e evasão de divisas.

AMÉRICAS

BRASIL

Considerando que o país que vem se arrastando através de inúmeras crises políticas, são notórias a grande instabilidade econômica existente e a incredulidade dos brasileiros na atual moeda, o Real. Com os preços de produtos, como o do combustível, aumentando repentinamente e uma taxa de desemprego de aproximadamente 12%, uma alternativa de investimento ganha força no país: as criptomoedas.

Cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e a Aracaju (considerada a capital brasileira do *Bitcoin*) já aceitam a moeda

⁴ Retirado de:

<https://www.telegraph.co.uk/technology/2017/11/20/bitcoin-has-become-zimbabwes-crisis-currency/>

como forma de pagamento em diversos estabelecimentos. Entretanto, apesar da crescente valorização e aceitação, o assunto ainda divide muitas opiniões.

O deputado Áureo (SD-RJ) está tentando aprovar o projeto de lei 2015 (PL 2303/2015), o qual garante a regularização das moedas virtuais no país. Segundo ele, não se deve confundir a regularização com a taxação das moedas, e que sua principal intenção é deixar o mercado mais seguro para investidores, além de estimular empreendedores e empresários a investirem no Brasil. Defende ainda, que o *Bitcoin* movimentou cerca de R\$ 8,2 bilhões no país só em 2017, o que é algo que não pode ser ignorado.

Por outro lado, o Banco Central se mantém receoso com relação à regulamentação das moedas digitais. Isso porque fez reiteradamente alertas sobre os riscos de aplicações em criptomoedas, tomando-as como uma ameaça eminente de atividades ilegais e que podem empobrecer e prejudicar diversas famílias.

É importante destacar que, segundo artigo 21, inciso VII da nossa Constituição Federal, compete à União a emissão de

moeda, sendo inadequado, de acordo com a legislação brasileira, a denominação de “moeda” virtual, uma vez que apenas à União compete a emissão de moeda. Nesse sentido, criptomoedas como o *Bitcoin* são considerados ativos financeiros, decorrente de relações privadas, sendo necessário inclusive a declaração no Imposto de Renda.

O ano de 2018 promete acalorar as discussões sobre o tema. A Bomesp, Bolsa de Moedas Virtuais Empresariais de São Paulo, iniciará suas atividades no país no segundo semestre do ano. Ela chega como a primeira bolsa de criptomoedas emitidas por empresas brasileiras ou estrangeiras, desenvolvendo sua própria moeda digital, a *Niobium Coin* (NBC) e ainda, com o objetivo de levar as empresas e o pequeno investidor ao mundo guiado pelo *blockchain*.

Além disso, duas importantes reuniões internacionais ocorrerão na América Latina, no mês de março, que tem como uma das principais pautas a regulamentação das criptomoedas. São elas: o G20, sediado pela Argentina e o Fórum Econômico Mundial, que terá o Brasil como sede.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Apesar de sujeita a supervisão do governo federal, foi autorizado, no final de 2017, a inauguração das negociações de *Bitcoins* em Wall Street. A estreia da cotação de uma moeda digital no maior centro financeiro do mundo reverberou em diversas bolsas ao redor do globo. Além da própria Bolsa de Chicago, a qual começou a negociar ações que envolvem BTC e a estabelecer um mercado futuro para a criptomoeda, bolsas de tecnologia, como a Nasdaq, já avaliam entrar nesse mercado das moedas digitais. Todavia, enquanto as criptomoedas ganham força no mundo financeiro, o governo norte-americano vem estudando mecanismos para tirar proveito da popularidade e do potencial econômico dessas moedas. Alegando preocupação com fraudes tributárias, a agência responsável pela arrecadação impostos nos EUA (Internal Revenue Service ou IRS) vem solicitando dados sobre milhares de usuários das maiores bolsas online do país, onde os ganhos em dólares com as transações digitais não estão sendo devidamente declarados às autoridades.

Ainda, além de preocupar as autoridades americanas com o uso de moedas virtuais para evitar a declaração de informações e o pagamento de impostos, o governo americano entende que as

transações com moedas digitais são alarmantes quanto aos diversos crimes que podem ser facilitados com o seu uso. O anonimato e a dificuldade de rastrear as suas negociações fazem das criptomoedas um instrumento potencial de lavagem de dinheiro, pedidos de resgate e financiamento de terrorismo - os *criptocrimes*. Assim, ganha-se cada vez mais força nos EUA, os projetos de leis que buscam regulamentar as moedas virtuais como forma de garantia da segurança nacional. Mesmo que ainda de forma difusa e individual por parte de alguns congressistas, e sem ter um projeto específico por parte daqueles que querem a regulação, a maior economia do mundo caminha mais e mais para regulamentar as moedas digitais - mesmo que ainda não tenha decidido como.

Porém, algumas medidas tomadas em prol da regulamentação nos EUA já estão em vigor. Em agosto de 2015, o estado de Nova Iorque aprovou a lei referente ao que ficou chamado de *BitLicense* – mecanismo regulatório que consiste em um tipo de licença para negócios referentes às atividades com moedas virtuais. Emitido pelo Departamento de Serviços Financeiros do Estado de Nova Iorque, e limitado àqueles que

residem, possuem negócios, ou estão conduzindo negócios no Estado de Nova Iorque⁵.

Todavia, desde que a lei entrou em vigor, como definiu o New York Business Journal, um verdadeiro Êxodo do *Bitcoin* atacou o estado nova-iorquino. Conta-se que cerca de dez empresas que transacionavam a moeda virtual anunciaram que iriam parar todos os negócios no Estado de Nova Iorque devido aos novos regulamentos. Ainda em 2017, o processo de concessão das licenças continua lento. Durante todo esse ano, apenas três empresas conseguiram a autorização, enquanto várias outras foram negadas.

MÉXICO

Sendo a segunda maior economia da América Latina e membro importante do NAFTA, o México assume uma posição de destaque na economia global. Mesmo com os problemas de imigração na fronteira com os Estados Unidos, o país tem certa estabilidade político-financeira, fato que favorece a sua expansão econômica. Com uma grande reforma no setor de

⁵ O regulamento do BitLicense encontra-se disponível no link: <http://www.dfs.ny.gov/legal/regulations/adoptions/dfsp200t.pdf>

tecnologia, recentemente, o país ganhou força no cenário de tecnológico mundial, alcançando o terceiro lugar na América Latina (ficando atrás apenas de Brasil e Argentina) em potencial de crescimento na chamada ‘economia digital’.

Apesar de haver uma economia predominantemente baseada nas *commodities*, tal contexto não impede o uso das moedas digitais no setor agrícola. Desde agosto do ano passado, a empresa *Amar Hidroponia* passou a oferecer a *agrocoin*, uma criptomoeda ligada diretamente à produção de ‘*chiles habaneros*’⁶. Ao adquirir uma unidade da moeda, o investidor se torna “dono” de um metro quadrado da plantação, sendo que, a cada três meses, ele recebe dividendos sobre a produção e, após um ano, o restante de sua parte nos lucros. Desse modo, a venda dos *tokens* digitais é utilizada como forma de levantar capitais de pequenos investidores agrícolas, permitindo uma conexão entre tradição e inovação.

No final do ano passado, o esquema fraudulento *Ponzi Mavrodi Mundial Moneybox* (MMM) fez vítimas no México, criando certo medo nos legisladores sobre a regulação das

⁶ Tipo de pimenta originária do Chile.

criptomoedas. Nesse contexto, o Senado, em dezembro, abriu caminho para o projeto que visa garantir certeza do *status* das criptomoedas, bem como impedir o uso da tecnologia em atividades ilícitas, como a lavagem de dinheiro.

Em março deste ano, tal projeto foi aprovado na Câmara Baixa mexicana, visando regulamentar o setor de tecnologia financeira, incluindo as regras sobre *crowdfunding*⁷ e empresas de criptomoeda. Verifica-se, dessa maneira, uma posição em consonância com os comentários do Banco do México no início de 2017, que defende que as criptomoedas devem ser tratadas como mercadorias. Nesse sentido, busca-se colocar a operação de corretoras desses ativos sob a supervisão do Banco Central, aplicando regras mais rígidas.

A nova paisagem que se forma no país dará às empresas *fintechs*⁸ uma maior certeza regulatória em torno de questões como o *crowdfunding*, métodos de pagamento e regras que

⁷ Trata-se de financiamentos coletivos, consistindo na obtenção de capital para iniciativas de interesse coletivo (a viabilização de um projeto, por exemplo) por meio da agregação de múltiplas fontes de financiamento, em geral pessoas físicas interessadas na iniciativa.

⁸ Termo utilizado para as inovações e o uso de novas tecnologias por empresas do setor financeiro para a entrega de serviços financeiros.

envolvem criptomoedas como o Bitcoin. A Comissão Nacional de Bancos e Valores Mobiliários (CNBV), o Banco Central e o Ministério da Fazenda começarão em breve a redigir leis secundárias, que determinarão detalhes importantes para as empresas do setor. Tais leis exigirão que os operadores de criptomoedas sejam aprovados pelo Banco do México como Instituições Financeiras de Tecnologia (ITF's). As ITF's aprovadas pelo Banco Central poderão operar legalmente com criptomoedas, assumindo um papel tão importante quanto os bancos.

PARAGUAI

A República do Paraguai se tornou um dos principais agentes atuantes no ramo das criptomoedas. Devido ao baixo valor de sua energia, vários entusiastas e investidores vêm sendo atraídos para o país com o objetivo de criar parques de mineração de moedas digitais. A República do Paraguai se tornou um dos principais agentes atuantes no ramo das criptomoedas. Devido ao baixo valor de sua energia, vários entusiastas e investidores vêm sendo atraídos para o país com o objetivo de criar parques de mineração de moedas digitais. Isso ocorre diante do fato de que o *Bitcoin*, por exemplo, é capaz de realizar sete transferências por

segundo, gerando, pois, a necessidade de uma grande quantidade de energia.

Muitos brasileiros estão no país vizinho minerando essas moedas digitais devido ao lucro com a energia paraguaia sete vezes mais barata (um quilowatt custa US\$ 0,04 no Paraguai, enquanto no Brasil custa US\$ 0,28)⁹, obtendo um custo operacional que chega a ser dez vezes menor. Além da energia barata, a tecnologia também é relativamente acessível economicamente. Esse ponto é crucial para os mineradores, por usarem equipamentos tecnológicos complexos e de alto valor.

Nessa posição crescente de protagonismo na mineração das criptomoedas, o Paraguai se tornou um país de fundamental importância no cenário das moedas digitais, principalmente se analisado na região da América do Sul. Isso porque, atrelado à baixa energia, o governo paraguaio não tem demonstrado interesse de regulação das criptomoedas no país, criando, assim,

⁹Retirado de:

<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-brasileiros-cruzam-a-fronteira-para-montar-fabricas-de-bitcoin-no-paraguai,70002134460>

uma indústria atrativa e de destaque para diversas empresas e pessoas no ramo da mineração.

Portanto, o Paraguai já se porta como peça essencial nas engrenagens da economia digital com influência direta no mercado mundial.

VENEZUELA

A Venezuela não é uma grande economia mundial ou possui uma quantidade significativa de investidores em criptomoedas. Contudo, a posição acerca da regulamentação das moedas digitais do país merece bastante atenção, pois o governo, sob o regime restritivo de Nicolás Maduro, encontrou como solução a criação da sua própria moeda virtual, denominada *Petro*.

Inicialmente, a Venezuela tentou reprimir as criptomoedas, pois o Bolívar Venezuelano permaneceu relativamente inutilizável. Todavia, em 13 de dezembro de 2017, o governo de Maduro procurou regular a mineração das moedas virtuais, já que o Superintendente de Criptomoedas da Venezuela, Carlos Vargas, anunciou a compilação de um registro detalhado de mineradores de moedas virtuais no país.

Assim sendo, em um país em que a moeda nacional pouco vale e que tem recebido sanções econômicas dos Estados Unidos, uma criptomoeda própria – reproduzida pelo Estado – pode fazer com que a Venezuela, que possui um regime tipicamente restritivo, se torne um dos países inovadores em regulamentação de moedas digitais.

O *Petro*, o *bitcoin* venezuelano, é considerado confiável para os seus investidores, já que está a sustentar as reservas de petróleo, gás, ouro e diamantes do país, porém, alguns analistas afirmam que se trata de uma medida desesperada do governo venezuelano, apresentando-se inclusive como meio facilitador para lavagem de dinheiro. Essa iniciativa de criar a própria moeda virtual surgiu como uma tentativa de sair da recessão que o país enfrenta há alguns anos e permitir a emissão de dívidas que se encontra proibida devido às sanções norte-americanas.

É válido ressaltar também que o *Bitcoins* e outras moedas digitais já tem sido utilizada no país como uma saída aos venezuelanos que buscam se proteger da hiperinflação, principalmente como troca de valores em bens e serviços, em um país no qual obter moeda estrangeira significar realizar transações ilegais no mercado negro.

Visto isso, é crucial a presença de representantes venezuelanos em debates sobre o tema, uma vez que seu posicionamento acerca da regulamentação das moedas virtuais é inovador e pioneiro.

ÁSIA

ARÁBIA SAUDITA

Notável no comércio petrolífero e forte na economia mundial, a Arábia Saudita não é um país tipicamente associado ao mercado das criptomoedas. Entretanto, tem enxergado nelas uma oportunidade de atrair novos e mais diversos investidores para o país. A febre das moedas digitais ainda não tomou conta da nação, contudo, seus governantes se mostraram extremamente abertos à nova forma de negociação. Houveram, inclusive, rumores de que o banco central da Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos estariam testando maneiras de facilitar pagamentos transfronteiriços através da moeda virtual. Comprovando os boatos, no mês de fevereiro de 2018, o banco central saudita assinou uma parceria com a criptomoeda Ripple, abrindo as portas para uma nova configuração transacional, possibilitando diversas inovações no futuro.

O presidente dos Mercados de Capitais da Arábia Saudita (CMA) afirmou no último mês que, em breve, apresentará um plano para regularização das criptomoedas no país, e já adianta que não possui a intenção de proibir a circulação dos ativos.

CHINA

Inicialmente, o país se mostrou muito aberto à ideia de uma moeda digital, tendo inclusive formado uma equipe para o desenvolvimento de sua própria moeda desde 2014. Ainda assim, à época, não houve regularização alguma com relação às demais criptomoedas privadas, como o *Bitcoin* e o *Ripple*.

Entretanto, no ano de 2017, quando houve uma supervalorização do *Bitcoin*, o Banco Central Chinês tornou ilegal novas ofertas iniciais de moedas digitais (ICO). Como consequência, a *BTTChina* uma das maiores operadoras de criptomoedas, congelou seus negócios para evitar problemas.¹⁰ No decorrer do ano muitas discussões foram travadas acerca da regularização das mesmas e, foi especulado que a China as

¹⁰ Retirado de:

<https://tecnoblog.net/231646/china-combate-mineracao-bitcoin/>

repreendeu para poder investir exclusivamente em sua própria criptomoeda.

Atualmente, o país corresponde a dois terços da extração da moeda digital mais popular, o *Bitcoin*. No dia 02 de janeiro de 2018, um memorando publicado pelo órgão regulador de finanças *online* a China, basicamente forçou a saída dos mineradores de *Bitcoin* do território chinês, exigindo a regulação de impostos acerca da proteção ambiental, do uso da terra e do consumo da eletricidade, esta amplamente utilizada para o processo de mineração das criptomoedas.

Essas últimas medidas terão grande impacto no ramo da economia digital, o que aumenta a expectativa sobre o futuro das moedas virtuais no país.

JAPÃO

Como um dos líderes no cenário econômico e tecnológico mundial, o Japão também se destaca e tem importância fundamental no ramo das moedas digitais. O governo nipônico tem uma visão regulamentaria diferente de outros países, com uma ótica mais conservadora e reticente perante as criptomoedas. Para o Japão, regulamentar significa incentivar e proteger os

usuários para que os negócios possam ser desenvolvidos de forma mais segura, ao contrário do que enxergam muitas nações que veem a regulamentação como forma de cercear a economia digital.

Como exemplo da confiança japonesa no futuro das criptomoedas, passou a vigorar em abril de 2017 no país, o uso das moedas digitais como método legal de pagamento. Esse fato possibilitou o uso dessas moedas para pagamentos e transferências legítimas, além de reconhecê-las juntamente com as moedas fiduciárias. Consequentemente o mercado das moedas virtuais pôde se expandir, o que aumentou o número de investidores e resultou no surgimento de inúmeras empresas que aceitam as criptomoedas como meio de pagamento.

Além disso, a confiança passada pela nação do sol nascente no uso das moedas digitais teve uma ligação direta com o crescimento mundial dessas moedas. Como um dos países líderes em inovação, o Japão tem forte influência na estabilidade das criptomoedas. Fator que torna o país eixo fundamental na valorização ou desvalorização das moedas virtuais, fazendo com que a confiança mundial nas criptomoedas passem pelo país.

EUROPA

ALEMANHA

Um dos países mais fortes e respeitados da Europa, a Alemanha teve uma mudança de postura com relação às criptomoedas com o passar dos anos. Inicialmente, por volta do ano de 2013, muitos alemães viam o *Bitcoin* como a mais nova tendência e evolução tecnológica. Diversos estabelecimentos aceitavam a moeda como pagamento na capital Berlim. Entretanto, nos últimos anos o país tem assumido uma postura conivente com a da União Europeia: mais receosa.

Temendo a possibilidade das criptomoedas serem usadas para o tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e financiamento de terroristas, a Alemanha apoiou a França em sua campanha por uma regulamentação mundial para o uso das moedas digitais e ambas as nações cobraram medidas do G20. O Ministro das Finanças afirmou ainda, que teme pelas pessoas que assumiram um risco especulativo muito alto e podem perder suas economias.

O país defende a ideia de uma mesma legislação para todos as nações sob a justificativa de que, dificilmente leis regionais ou nacionais iriam ser respeitadas no meio virtual. Apesar disso,

cada vez mais empresas na Alemanha estão aceitando o Bitcoin como meio de pagamento, como é o caso da rede delivery de alimentos mais popular do país, a *Lieferando.de*, com mais de 11 mil restaurantes cadastrados.

FRANÇA

Atualmente, vem tendo destaque nos assuntos diplomáticos internacionais, o que aumenta sua importância em temas globais como a economia digital. O aumento da fama do *Bitcoin* e a crescente no seu valor de mercado fizeram a França querer introduzir uma legislação para regular as criptomoedas além das fronteiras da União Europeia.

Tendo a esperança de pautar o assunto inclusive na reunião do G20 de 2018, o governo francês busca uma regulação conjunta do *Bitcoin* nas 20 maiores economias mundiais. Almejando que uso da divisa digital mais popular do mundo não continue a ser utilizado para lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e terrorismo, a França já concorda com os Estados-membros da União Europeia em introduzir regras mais rígidas de prevenção ao financiamento de ações terroristas em plataformas de transferência de *Bitcoins* e outras moedas digitais. De início, o

primeiro passo, e o único momentaneamente em vista pelas autoridades francesas, é de eliminar a possibilidade do anonimato ao lidar com *Bitcoins*. Por não ser possível associar as transações a pessoas identificadas, as autoridades encontram várias dificuldades no controle das transações virtuais.

Ainda, a oscilação abrupta do valor de mercado das criptomoedas preocupa o governo francês. A possibilidade da existência de uma bolha especulativa que venha a se tornar uma possível crise financeira futura, sem garantir a segurança dos investidores e cidadãos que poupam na França, é mais um motivo de apoio a regulamentação por parte dessa nação.

GRÉCIA

A grave crise relativa à dívida soberana grega vem se arrastando há cerca de 7 anos. Permeada por calotes e empréstimos de última hora, o trio FMI-União Europeia-Banco Central Europeu continua exigindo cortes de gastos e aumentos de impostos, enquanto o país lida com uma taxa de desemprego acima dos 20%, um encolhimento de quase 30% da sua economia, e uma permanência da dívida acima dos 180% do PIB. Sob o governo de extrema esquerda do partido Syriza desde 2015, os

embates com a União Europeia persistem desde então. Propondo a moratória no pagamento dos juros da dívida do país e o cancelamento de ao menos parte da dívida soberana grega, as tensões persistem quanto ao abandono ou não da Grécia à União Europeia. Como consequência, a possível renúncia ao euro, tensão que persiste desde o início dos desentendimentos entre a nação grega e o bloco europeu, traz o medo constante da hiperinflação aos cidadãos helênicos.

Assim, dado o controle de capitais, a população e empresários buscam alternativas através das moedas digitais. Como resposta ao fluxo reduzido de dinheiro, as criptomoedas, em especial o *Bitcoin*, vêm sendo buscadas como alternativa para tal dilema. A procura pelas moedas virtuais está sendo realizada principalmente pela sua capacidade de reserva de valor. Convertendo os euros que possuem em *Bitcoins*, a população busca um caminho que as autoridades monetárias gregas não controlam até o momento.

Ainda, fugindo das inconstantes proibições governamentais da realização de transferências monetárias para fora do país, os cidadãos utilizam as moedas digitais como única forma de movimentar algum dinheiro para além das fronteiras nacionais. Todavia, o principal motivo da compra de criptomoedas por parte

da população grega ainda é a busca por alguma proteção do seu dinheiro de uma eventual maxidesvalorização caso a Grécia saia do euro e, com isso, converta todos os depósitos nos bancos gregos na sua nova moeda nacional.

Ou seja, visto o caos econômico enfrentado por essa nação, a possível regulamentação de moedas digitais não é nem de perto uma preocupação prioritária do governo grego. Ainda, dado a simpatia da população helênica pela saída proporcionada pelas criptomoedas, uma possível regulamentação por parte das autoridades gregas geraria insatisfações indesejadas por parte da sociedade – fato que os políticos gregos não querem encarar nesse conturbado momento que vivem.

REINO UNIDO

O Reino Unido pretende ser o melhor lugar para se começar um negócio digital, testar novas tecnologias ou realizar pesquisas avançadas. Ele também tem como ambição construir uma economia que funcione para todos, aproveitando os seus pontos fortes estratégicos e abordando suas fraquezas subjacentes. Em razão disso, desenvolveu uma estratégia, após o *Brexit*, para fomentar o desenvolvimento da economia digital por acreditar

que esse é um caminho para a inclusão econômica de seus cidadãos.

O governo britânico afirma ainda que possui uma história de inovação digital, desde os primeiros dias da computação até o desenvolvimento da *World Wide Web*, sendo o berço das invenções que mudaram o mundo. O Reino Unido foi um dos pioneiros da revolução dos computadores e assim quer permanecer, tornando-se líder mundial da economia digital.

Para isso se tornar realidade, traçou uma estratégia digital que contém sete vertentes: (1) dar acesso a todos e todas às habilidades digitais que eles precisam; (2) transformar o Reino Unido no melhor lugar para começar um negócio digital; (3) ajudar cada negócio britânico a se tornar um negócio digital; (4) manter o Reino Unido como líder mundial no atendimento aos seus cidadãos online; (5) desbloquear o poder dos dados na economia do Reino Unido melhorando a confiança do público em seu uso; (6) tornar o Reino Unido o lugar mais seguro do mundo para viver e trabalhar online; (7) construir uma estrutura digital *world-class* para o Reino Unido.¹¹

¹¹ Retirado de:

Contudo, concernente à questão relacionada a regulamentação das *criptomoedas*, a Grã-Bretanha detém um pensamento mais ortodoxo. Enquanto, o *Brexit* está programado para forçar a saída do Reino Unido da União Europeia, em março de 2019, eles continuam unidos em seus planos para regular as moedas virtuais, com planos destinados a acabar com uma das principais características das *criptomoedas*, o anonimato dos usuários, com o fito de combater a lavagem de dinheiro e as fraudes de evasão fiscal.

De acordo com a estratégia de regulamentação das moedas virtuais da União Europeia, não haveria mais o anonimato nas transações, pois as plataformas das *criptomoedas* conduziriam com a devida diligência tais transações e relatariam ao governo qualquer comportamento suspeito. Da mesma forma, o Tesouro do Reino Unido afirmou que está trabalhando para abordar questões acerca do uso das moedas virtuais para fins ilícitos, mas acrescentaram ainda que são poucas as evidências sobre o uso de *criptomoedas* para lavagens de dinheiro, embora seja esperado que esse tipo de conduta cresça.

<https://www.gov.uk/government/publications/uk-digital-strategy/uk-digital-strategy>

Diante do exposto, infere-se que o Reino Unido, bem como a Austrália, encontra-se empenhado em estimular a economia digital, a fim de criar a tão sonhada inclusão econômica. Todavia, no que tange as moedas virtuais, mostra-se a favor da sua regulamentação de forma severa, mesmo que a descaracterize, para que seja evitado o cometimento de crimes por parte daqueles que possuem má-fé.

RÚSSIA

A Rússia sempre configura parte importante em discussões que versem sobre políticas monetárias. Dito isto, no que tange a economia digital não é diferente, já que no último ano, o país aprovou um programa que versa sobre a matéria que está agendado para entrar em vigor por completo em até 2024. Esse programa expõe objetivos e prazos para a implementação de medidas de políticas públicas que visam criar condições para o desenvolvimento da economia digital na Rússia.

De modo geral, a Rússia planeja usar novas tecnologias, incluindo a *blockchain*, em oito áreas: infraestrutura da informação; pesquisa e desenvolvimento; pessoal e educação;

segurança da informação; administração pública; cidade inteligente e; saúde digital.

Acerca das criptomoedas e ICO's¹² o que se tem noticiado através de órgãos governamentais é que, até junho de 2018, o Ministério das Finanças da Rússia, em conjunto com o Banco Central da Federação Russa, deve desenvolver um procedimento para regulamentar criptomoedas e a realização das ICO's, bem como para determinar o status de conceitos como “tecnologia de registro distribuído”, “carta de crédito digital”, “hipoteca digital”, “criptomoeda”, “*token*” e “contrato inteligente”.

Além disso, o ministério foi encarregado de estabelecer requisitos para a mineração, incluindo o registro de mineradores e a apresentação de rudimentos referentes à tributação nesta área. Ao mesmo tempo, informa-se claramente que criptomoedas não serão reconhecidas no território da Rússia como um meio legal de pagamento e que haverá a regularização das ICO's de forma semelhante à regulamentação da distribuição primária de valores mobiliários.

¹² A oferta inicial de moedas, do inglês *Initial Coin Offering* (ICO) é um meio não regulamentado pelo qual um novo empreendimento ou projeto de criptomoeda pode arrecadar fundos vendendo moeda "recém-cunhadas".

Ademais, alterações correspondentes serão feitas no Código Civil da Federação Russa, no Código Tributário, nas Leis Federais sobre o Banco Central da Federação Russa, sobre Bancos e Atividades Bancárias, sobre o Sistema Nacional de Pagamentos, Contabilidade, Combate à Legalização dos Rendimentos Obtidos de uma Maneira Criminal e Financiamento do Terrorismo, bem como em outros atos legais.

UCRÂNIA

O ano de 2017 foi extremamente importante para a nação ucraniana no que tange às criptomoedas. Mostrando-se desejosas para elaborar uma posição governamental sobre o status legal dos ativos digitais baseados no *Blockchain*, como o *Bitcoin*, e sua regulamentação, as autoridades ucranianas enfrentaram percalços que podem servir de exemplo para outros países que desejem fazer o mesmo. Comportando-se de maneira inicial muito amigável às moedas digitais, a Ucrânia, desde que as criptomoedas começaram a circular em seu território digital, sempre procurou adotar uma abordagem ampla e multifacetada sobre o tema. Mesmo sem uma regulação predefinida, o governo ucraniano já considerava casos em que um bem digital serve como moeda,

fornece utilidade aos consumidores, ou mesmo concede propriedade em uma empresa.

Todavia, o que teve início como uma otimista intenção por parte dos legisladores ucranianos para regulamentar a situação das moedas virtuais, não se concretizou. Enquanto se desenvolvia um quadro legal para regulamentar as criptomoedas no país, o Banco Nacional da Ucrânia (NBU) demonstrou uma posição extremamente contrária às moedas digitais. Revelando que não reconheceria as moedas digitais como método legal de pagamentos na Ucrânia, alegando os riscos eminentes de fraudes e perda de dinheiro por parte da população, o NBU atrapalhou sensivelmente os trabalhos para regulamentar as moedas digitais.

Assim, a discordância sobre o assunto entre instituições ucranianas influenciou os voluntariosos reguladores significativamente, e uma posição unificada acabou não sendo alcançada. Como resposta, a única resolução tomada foi a de que as criptomoedas não são moedas, e por isso não poderiam ser tratadas como tal. Mas, mesmo sem ter o seu status definido por lei, não deveriam ser proibidas no território Ucraniano. O vice-governador do NBU, Oleg Churiy, depois das fracassadas reuniões, explicou por que não se chegou a um consenso sobre as moedas virtuais: *“Os reguladores em todo o mundo recebem*

duas questões principais sobre como regular as criptomoedas; o primeiro é ‘o que é?’, e o segundo é ‘o que fazer com ele?’. Muitos reguladores nem sequer respondem a primeira pergunta, então eles nunca passam para a próxima.”. Mesmo sem conseguir uma unificação legal sobre o caso da regulamentação das moedas digitais, as autoridades ucranianas continuaram procurando mecanismo para incentivar o mercado digital. Em outubro, projetos de leis alternativos passaram a ser submetidos ao parlamento ucraniano. Desde a proposta de reconhecer as moedas digitais como ativos financeiros, até a simplificação de tributação e redução de tarifas de eletricidade para atividades de mineração, o governo ucraniano continuou procurando estimular o mercado de criptomoedas e seus derivados.

Tomando uma postura mais simplificada, dado às dificuldades para um consenso mais amplo e sofisticado, a Ucrânia passou a tratar o assunto de maneira mais simples, adaptando as moedas virtuais à legislação já existente. Assim, o governo vem buscando transformar as criptomoedas em ativos financeiros, em que a Comissão Nacional de Serviços Financeiros seria o seu principal regulador, e o Banco Nacional da Ucrânia, o regulador do mercado das moedas digitais.

OCEANIA

AUSTRÁLIA

O governo australiano acredita que a economia digital e a tecnologia que a sustenta são fundamentais para o progresso do país. Para ele, a economia digital é capaz de criar oportunidades para as comunidades e os negócios, impulsionar a competitividade e produtividade além de fortalecer a conectividade entre as pessoas. Em razão disso, a Austrália apresenta um posicionamento favorável ao seu desenvolvimento.

Em sua agenda do último ano, o país se propôs a discutir e a promover internamente novas tecnologias, incluindo *Blockchain* e suas inúmeras aplicações. Além disso, a Austrália foi responsável por uma ambiciosa iniciativa sobre economia digital, através do Departamento de Indústria, Inovação e Ciência, que desenvolveu uma Estratégia Nacional, a fim de movimentar e reunir os setores público e privado para digitalizar a economia e a sociedade em geral.

Já no que tange às moedas virtuais, o governo australiano afirma que se trata de uma “forma de propriedade” e, portanto, quaisquer ganhos financeiros obtidos com a venda de *Bitcoin*

serão sujeitos aos impostos sobre o ganho de capital (CGT) e devem ser reportados ao *Australian Tax Office*, segundo um porta-voz da administração fiscal.

Em meados de agosto de 2017, o governo do país introduziu uma legislação que regula as casas de câmbios virtuais do país.

Esse projeto de lei faz parte do plano do governo que pretende fortalecer a Lei Contra a Lavagem Monetária e de Combate ao Terrorismo do país e reforçar a autoridade do *Australian Transaction and Reporting Analysis Center* (Austrac), uma agência de inteligência financeira a qual é responsável pela implementação dos regulamentos de financiamento antilavagem de dinheiro (AML) e financiamento do terrorismo (CTF) do país.

Dessa forma, que a Austrália é um dos poucos países ao redor do mundo a regulamentar as criptomoedas, a fim de prevenir a lavagem de dinheiro em sua jurisdição. Contudo, também é evidente que se trata de um país disposto a contribuir para o desenvolvimento da economia digital, por acreditar no seu potencial para o progresso, bem como o de seus cidadãos.

NÃO GOVERNAMENTAL

INTERPOL

Com as diversas inovações trazidas pelas criptomoedas, deu-se início novas problemáticas criminosas a serem combatidas, como por exemplo a impossibilidade de saber quem realizou determinada transação com moedas virtuais através do *blockchain*. Por isso, a INTERPOL criou, em 2010, um departamento interno focado em crimes digitais chamado de IGCI (*Interpol Global Complex for Innovation*) com intuito de se aperfeiçoar no âmbito dos cibercrimes.

Além disso, a INTERPOL, como fruto do empenho no combate aos crimes digitais e juntamente com outras organizações de cooperação, criou sua própria moeda digital, com o objetivo de compreender e estudar melhor os crimes relacionados ao mundo da economia digital. Um dado interessante demonstrado pela Organização Internacional de Polícia Criminal é que cerca de 3% a 4% dos fundos criminosos estão sendo lavados através de criptomoedas. Outro fato concreto que envolve essa organização no combate aos cibercrimes foi a

solicitação de ajuda, pela Áustria, após investidores terem cerca de 12 mil *bitcoins* roubados em um esquema Ponzi¹³.

Através da tentativa de combate aos cibercrimes, a agência percebeu que mesmo após identificar os criminosos é difícil realizar alguma medida devido ao fato de que esses crimes ocorrem fora do sistema financeiro mundial. Prova disso, foi o comunicado do Diretor da Europol, Rob Wainwright, *“é preciso a ajuda dos legisladores”*.

Denota-se, portanto, que a Organização Internacional de Polícia Criminal vem ganhando prestígio no cenário do combate aos crimes digitais, ao ratificar o caráter não passageiro das criptomoedas, a INTERPOL, destaca a necessidade de regulamentação. Para que, desse modo, haja o devido combate aos crimes digitais.

¹³ Mais conhecido como esquema de pirâmide. Tipo de investimento ilegal em que é oferecido grandes lucros a investidores em um prazo de tempo curto e que é alimentado através do dinheiro de outros investidores. Fato que gera falsa impressão de lucro e faz a pirâmide colapsar, gerando a perda do dinheiro investido.

GLOSSÁRIO

1. **Ativo Financeiro:** É um ativo não físico cujo valor é derivado de uma reivindicação contratual, como depósitos bancários , títulos e ações .
2. **ATM:** Caixas Eletrônicos
3. **Big datas:** Em tecnologia da informação, o termo Big Data refere-se a um grande conjunto de dados armazenados.
4. **Blockchain:** São bases de registros e dados distribuídos e compartilhados que têm a função de criar um índice global para todas as transações que ocorrem em um determinado mercado.
5. **BTC:** Abreviação para Bitcoin.
6. **E-commerce:** É um tipo de transação comercial feita especialmente através de um equipamento eletrônico, como, por exemplo, computadores, tablets e smartphones.
7. **Esquemas ponzi:** são uma sofisticada operação fraudulenta, mais conhecida como ‘pirâmides financeiras’, em que são prometidos aos investidores altos retornos e riscos baixos.
8. **Ethereum:** Plataforma descentralizada capaz de executar contratos inteligentes e aplicações com o uso da tecnologia *blockchain*.
9. **Exchange:** São plataformas de negociação para compra e venda de criptomoedas.

10. **Hiperinflação:** Em Macroeconomia, hiperinflação é uma inflação acima dos níveis adequados e fora de controle.
11. **ICO:** É a abreviatura de *Initial Coin Offering* (*Oferta inicial da moeda*).
12. **Internet das coisas:** do inglês, *Internet of Things*, IoT) , é uma rede de objetos físicos, veículos, prédios e outros que possuem tecnologia embarcada, sensores e conexão com rede capaz de coletar e transmitir dados.
13. **Mineração de Bitcoin:** é o processo de adicionar registros de transações ao livro razão público do Bitcoin, que armazena transações passadas
14. **Moedas fiduciárias:** Moeda fiduciária é qualquer título não-conversível, ou seja, não é lastreado a nenhum metal (ouro, prata) e não tem nenhum valor intrínseco. Seu valor advém da confiança que as pessoas têm de quem emitiu o título.
15. **Open source:** é um termo em inglês que significa código aberto, que diz respeito ao código-fonte de um software, o qual pode ser adaptado para diferentes finalidades.
16. **PayPal:** É um mecanismo de transferência monetária entre indivíduos ou negociantes através de um serviço on-line.
17. **Peer to peer:** significa que os computadores que participam da rede são pontos uns para os outros, que eles são todos iguais, que não há nodos "especiais" e que todos os nodos compartilham o trabalho de fornecer serviços na rede.

18. **Phishing:** É uma maneira desonesta que cibercriminosos usam para enganar um usuário da internet a revelar informações pessoais, como senhas ou cartão de crédito, CPF e número de contas bancárias. Eles fazem isso enviando e-mails falsos ou os direcionando a websites falsos.
19. **TICs:** É uma expressão que se refere ao papel da comunicação (seja por fios, cabos, ou sem fio) na moderna tecnologia da informação
20. **Títulos financeiros:** São “papéis” vendidos pelos governos ou empresas ao mercado financeiro para obter recursos financeiros.
21. **Traders:** O trader é um investidor do mercado financeiro que busca ganhar dinheiro com operações de curto prazo, aproveitando-se da volatilidade do mercado.
22. **Web based:** É utilizado em referência a sistemas que podem ser operados a qualquer hora e em qualquer lugar, desenvolvidos totalmente em plataforma WEB/ Internet.
23. **Whitepaper:** É um documento que aprofunda determinado problema, trazendo suas causas, conceitos e, principalmente, sua solução.
24. **World Wide Web:** o famoso WWW, é um sistema de documentos dispostos na Internet que permitem o acesso às informações apresentadas no formato de hipertexto.

CHECKLIST

- Saber o posicionamento das delegações aliadas.
- Saber o posicionamento dos demais delegações.
- Entender a função, a atuação e as regras de procedimento da UNCTAD.
- Ter domínio sobre as políticas externas e econômicas do país ou da organização não governamental que irei representar no comitê.
- O que são blockchain e criptomoedas?
- O que é mineração de criptomoedas?
- Qual seria uma possível forma de regulamentação das moedas digitais?
- O que são criptocrimes?